

A Terceira Guerra Mundial já começou – e nós nem percebemos¹.

CMG(FN) Marcio Pragana Patriota (EGN)
Escola de Guerra Naval
pragana@marinha.mil.br

INTRODUÇÃO

A guerra de hoje é a mesma do passado?

Em 1999, os coronéis chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui afirmaram, em sua obra conhecida como “Guerra Irrestrita”, que o avanço tecnológico teria levado as guerras a uma capacidade de destruição e mortes nunca antes vista, culminando com as bombas e os mísseis nucleares. O poder de destruição era tanto que a humanidade teria retrocedido e voltado a focar no desenvolvimento de armas convencionais, reservando o papel de dissuasão ao armamento nuclear (LIANG e XIANGSUI, 2017, p.26).

Ainda que o foco tenha retornado à capacidade convencional e se mantido nela, o poder de destruição atingiu proporções descomunais quando comparado ao poder existente na 1ª ou na 2ª Guerras Mundiais, por exemplo. Além disso, o desenvolvimento tecnológico, particularmente no campo da informática e das comunicações, permitiu que as imagens da destruição e das mortes, nos conflitos, fossem rapidamente divulgadas, impactando a opinião pública. Essa, por sua vez, gera pressão política contra os conflitos armados, principalmente nos Estados democráticos. Assim, gradualmente, o custo político de uma guerra passou a aumentar, enquanto a sua aceitabilidade, por parte de diversas sociedades, diminuiu. Nesse contexto, tornou-se necessário buscar outras formas de empregar a violência para atingir os objetivos políticos.

A ideia de vencer sem lutar é antiga, podendo ser encontrada no clássico “A Arte da Guerra”, escrita por Sun Tzu, onde seu autor afirma que “... a excelência suprema ainda se encontra em conhecer tão bem o inimigo ao ponto de conseguir vencê-lo sem que nenhuma batalha fosse necessária: seja pela diplomacia, seja pela propaganda, seja pelo suborno ou até por vias mais obscuras”. Curiosamente, seja de forma intencional ou involuntária, o ser humano, ao longo de sua gradual evolução, foi deixando de optar pelo emprego dos recursos militares como instrumento exclusivo e principal para alcançar seus objetivos.

Exemplos práticos podem ser encontrados desde tempos remotos. No século XIV, a chamada República Florentina estava preocupada com a expansão promovida

¹ O conteúdo deste artigo não reflete a posição oficial da Marinha do Brasil, ou de qualquer outra instituição, sobre o assunto.

pelo Papa na Itália central. Temendo que o Papa Gregório XI se voltasse contra ela em 1375, após o fim de sua guerra contra Milão, o governo de Florença resolveu subornar o comandante mercenário de maior renome dentre as tropas do Papa, a fim de garantir que ele não a atacasse. O dinheiro empregado no suborno, cerca de 130.000 florins, teria sido levantado por impostos às instituições religiosas em seu território. Assim, por meio de manobras indiretas, Florença conseguiu atingir duplamente o Papa, retardando a guerra inevitável. Quando ela ocorreu, Florença enviou agentes para fomentar revoltas nos territórios do Papa. A guerra acabou em 1378, com Florença mantendo seu *status* (GALEOTTI, 2023, p.29).

Conforme constatado pelos coronéis chineses já mencionados, o mundo vivenciou a crescente aplicação de ações violentas por meios não necessariamente militares. Foi como se a guerra, aos poucos, fosse mudando de forma, ocorrendo cada vez mais de forma velada e indireta.

O site *Encyclopedia Britannica*² apresenta uma lista das guerras³ ocorridas de 1.300 a.C. até a Guerra Civil na Síria, iniciada em 2012. Para o século XX, constata-se o total de 37 conflitos, enquanto que, para o século XXI, constatam-se apenas três (na verdade, seriam quatro, se incluirmos o conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 2022). Isso significa que o século XX apresentou uma relação de 0,37 conflitos por ano, enquanto o século XXI se contraria com uma relação de 0,04 conflitos / ano.

Ainda que possa haver divergências sobre a ora mencionada lista estar, ou não, completa, e que seja um desafio saber, ao certo, quantos conflitos ocorreram durante um determinado século, essa lista nos serve como referência inicial para considerarmos que houve uma queda na quantidade de conflitos armados no século XXI em relação ao século XX.

Uma possível tendência de queda na quantidade de conflitos tradicionais seria o aumento das limitações para que eles ocorram. As normas do Direito Internacional, a globalização econômica, a tecnologia da transmissão de imagens em tempo real, a posse de armas nucleares por determinados Estados e o desequilíbrio entre poderes militares

² Disponível no endereço <https://www.britannica.com/topic/list-of-wars-2031197#ref328530>. Acesso em 05 Jul. 2023.

³ O conceito de guerra, para a *Encyclopedia Britannica*, é apresentado dependendo do ponto de vista. No senso comum, seria um conflito entre grupos políticos envolvendo hostilidades de consideráveis duração e magnitude. Segundo ela, esse conceito poderia variar sob a ótica sociológica ou militar, por exemplo. Disponível no endereço <https://www.britannica.com/topic/war>. Acesso em 05 Jul. 2023.

são exemplos de limitadores do emprego da chamada guerra tradicional como continuação da política.

MODELO DO *ICEBERG*

Como o poder não aceita vácuo, a luta por poder e influência persiste no século XXI. Em meio à redução na quantidade de conflitos que empreguem meios militares para impor a vontade pela violência, há também os diversos instrumentos, não necessariamente militares, que podem ser empregados para atingir um Estado adversário sem ultrapassar o seu limiar de aceitabilidade para uma reação armada. Sua relevância está no fato de que o uso desses instrumentos pode trazer resultados semelhantes aos obtidos pelo emprego militar tradicional⁴. Por exemplo, o uso de meios militares para atacar um porto economicamente valioso do Estado adversário, ou impor um embargo econômico a esse Estado, poderá impactar significativamente sua economia, gerando resultados semelhantes. Porém, a primeira ação mencionada poderá resultar em uma reação armada, enquanto a segunda ação possivelmente será percebida como estando abaixo do limiar de aceitabilidade para uma reação armada por parte do Estado atingido, não resultando em reação com emprego de força militar. Portanto, no contexto atual, faz mais sentido que os Estados ajam, uns contra os outros, conforme seus interesses nacionais, abaixo do limiar de reação militar, empregando os diversos instrumentos de que dispõe para atingir seus propósitos.

Desta forma, de modo intencional ou não, o mundo foi mudando para a realização de ações hostis encobertas, onde Estados são atingidos, por atores estatais ou não, sem que haja uma guerra declarada. Da maneira como ocorrem hoje, essas ações hostis podem ser comparadas a um *iceberg*. Da mesma forma que, no *iceberg*, a maior parte do gelo está imersa no líquido, também a maior parte das ações hostis se encontra encoberta, “abaixo da linha d’água”, não sendo claramente visíveis. Seria o caso, por exemplo, de um Estado poderoso agindo contra Estados mais fracos. Pela dificuldade de compreender o que está ocorrendo e de identificar a origem da ação hostil, o Estado atingido não reage diretamente contra quem realiza a ação.

⁴ Um exemplo foi o ataque cibernético ao porto de Nagoya, maior porto do Japão, que o deixou paralisado de 03 a 06 de julho de 2023. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/maior-porto-do-japao-retoma-operacoes-apos-ciberataque/>>. Acesso em 10 Jul. 2023.

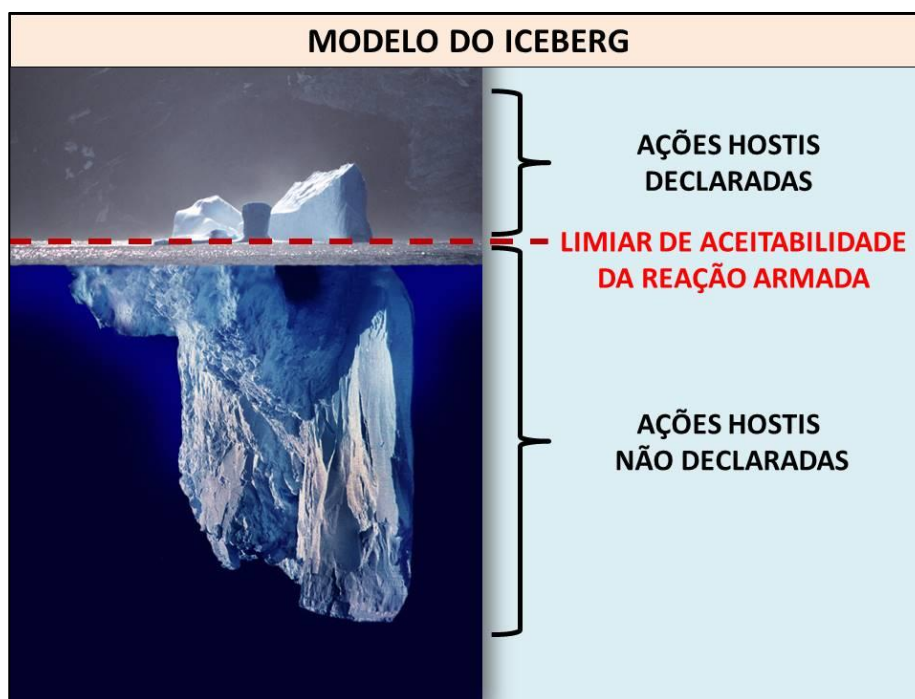


Fig. 1 – Modelo do *Iceberg*.
Fonte: autor.

Há casos, porém, em que a ação hostil acaba alcançando um extremo, intencionalmente ou não, ultrapassando o “limiar da superfície da água”. Seria o caso, por exemplo, da situação onde um Estado poderoso tenta atingir outro Estado, de mesmo porte, por meio das chamadas “Guerras por Procuração”⁵, ou “Guerras *Proxy*”. Nesse caso, os atores que participam do conflito podem atingir a expressão máxima da violência por meio de um conflito armado, rompendo a superfície e tornando visível o conflito que ocorria de forma encoberta.

Assim, os casos de conflito militar, “acima da linha d’água”, poderiam ser pontuais, regionais ou, em um caso extremo, evoluir para um conflito global. Um exemplo de conflito pontual seria aquele ocorrido na Nicarágua, em 1949, com características de “guerra por procuração”, entre o governo sandinista e os Contras, em meio à disputa de interesses geopolíticos existentes na Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A guerra de independência de Bangladesh, ocorrida em 1971, poderia ser considerada um conflito regional, pois envolveu Índia, Paquistão e o nascente Bangladesh, abrangendo grande parte do subcontinente indiano, em meio a uma oportunidade percebida pela

⁵ Guerras por Procuração, no entendimento do autor, são aquelas que ocorrem com o uso de outros atores, de forma voluntária ou não, por parte de um Estado que, assim, busca atingir seus objetivos políticos ou estratégicos.

Índia para limitar a ameaça paquistanesa ao seu flanco ocidental. Já os conflitos globais, historicamente raros, seriam, em sua essência, as duas guerras mundiais.

Cabe ressaltar que o limiar de aceitabilidade da reação armada, apresentado na figura 1, representa um limiar genérico, pois cada Estado possui seu próprio limiar, conforme fatores diversos, como poder econômico, capacidade militar e aspectos culturais.

Para tornar esse exemplo mais prático, considere hipoteticamente que os EUA e que a Federação Russa venham se envolvendo em ações hostis encobertas, um contra o outro, há anos. Essas ações poderiam, também hipoteticamente, ter levado a uma situação em que a Rússia se viu obrigada a intervir militarmente na Ucrânia, gerando o conflito iniciado em 2022. Nesse contexto, a Ucrânia, assim como os Estados que a apoiam com material de defesa, poderiam ser considerados como atores de uma guerra por procuração dos EUA contra a Rússia. Em uma visão mais ampla, talvez seja possível considerar que a China, ao apoiar a Rússia nesse conflito, estaria utilizando-a como *proxy* contra os EUA.

No exemplo conjecturado, o limite da aceitabilidade de emprego da força militar pela Rússia teria sido ultrapassado, levando a um conflito visível. Portanto, generalizando a ideia do exemplo, podemos considerar que os conflitos armados vêm ocorrendo pontualmente, em situações-limite onde não foi possível manter as ações hostis abaixo da “linha da superfície”.

Considerando o Modelo do *Iceberg*, proposto anteriormente (Figura 1), podemos perceber que, em algum momento a partir do colapso da URSS, ocorrido em 1991, as ações “abaixo da linha d’água” passaram a ocorrer em maior frequência do que as ações bélicas de hostilidade, “acima da superfície”. Isso nos permite pensar que Estados vêm atacando outros Estados constantemente, de forma não visível, desde então. Portanto, corroborando as ideias originais de Qiao Liang e Wang Xiangsui, o mundo viveria em estado de conflito permanente e velado, onde se busca alcançar os interesses políticos não por meio de armas, mas por meio de instrumentos diversos, abrangendo diferentes domínios, particularmente aqueles onde se encontrarem as vulnerabilidades do Estado adversário. Isso representaria uma nova concepção de guerra, diferente do seu entendimento tradicional. Nesse novo entendimento, as ações hostis continuariam sendo desencadeadas de acordo com os objetivos estratégicos de cada Estado. Como os objetivos estratégicos mudam conforme a dinâmica da política, essas ações hostis

seriam ajustadas constantemente, sem que haja uma janela temporal definida para seu término. Portanto, é necessário repensar o que se considera como conceito de “guerra”.

Nessa linha de raciocínio, podemos considerar que uma nova Guerra Mundial, a terceira, já teria começado, mas de forma diferente das duas guerras mundiais anteriores. Por não ser declarada e possuir infinitas formas de ser conduzida, a nova guerra mundial ocorre dentro de molduras temporais dinâmicas, conforme mudem os interesses estratégicos, infinitamente. Ao contrário das guerras convencionais, essa nova forma de guerra não almeja um limitado número de objetivos para se encerrar. Ao alcançar seus objetivos, ou até mesmo antes disso, passar a considerar novos objetivos, iniciando um novo ciclo de ações hostis, permitindo assim impor sua vontade e a dominação dos Estados mais fracos.

A GUERRA “ABAIXO DA LINHA D’ÁGUA”

O conteúdo apresentado nesta seção reflete o estudo e as considerações realizados a partir de parcela significativa da bibliografia pública existente sobre o assunto. Desta maneira, ele não esgota o tema, mas busca apresentar os pontos considerados principais sobre como as chamadas ações híbridas ocorrem, de forma sistematizada, por meio de instrumentos diversos, permeando vários domínios.

Essa diferente forma de guerra, que ocorre abaixo do limiar da reação armada, pode ser denominada Guerra Híbrida, onde se propõe um modelo genérico teórico (Figura 3). Entender esse modelo é importante não porque se pretenda aplica-lo, mas porque, a partir de sua compreensão, será possível estabelecer estratégias para proteção contra esse tipo de ameaça.

A importância de adotar um modelo genérico para entender a Guerra Híbrida reside no fato dela não possuir uma definição universal aceita. Geralmente, a sua interpretação varia conforme cada Estado. Como exemplo, podemos mencionar que não existe a definição de Guerra Híbrida no “Glossário das Forças Armadas” (BRASIL, 2017), publicado pelo Ministério da Defesa, tampouco no *Dictionary of Military and Associated Terms*⁶ dos EUA ou no “Dicionário Enciclopédico Militar do Ministério da

⁶ A versão 2023 dessa publicação não se encontrava disponível para download no site oficial do *Joint Chiefs of Staff* na data de confecção deste artigo (<https://www.jcs.mil/Doctrine/Joint-Doctrine-Pubs/Reference-Series/>). Sua versão 2016 pode ser encontrada no site https://schoolresources.militaryfamilies.psu.edu/wp-content/uploads/2017/08/departament_of_defense_dictionary_of_military_and_associated_terms.pdf, assim como a versão 2021 está disponível no site <https://irp.fas.org/doddir/dod/dictionary.pdf>. Nenhuma delas possui a definição de Guerra Híbrida (*Hybrid Warfare*). Acessos em 05 Jun. 2023.

Defesa da Rússia” (FEDERAÇÃO RUSSA, 2023). Por outro lado, a França apresenta o conceito de estratégias híbridas como “combinações deliberadamente ambíguas de modos de ação diretos e indiretos, militares ou não, legais ou não, e geralmente difíceis de atribuir”, assim como define um de seus objetivos estratégicos com o título de “Uma capacidade de se defender e de atuar no campo híbrido” (REPÚBLICA FRANCESA, 2022).

As diferenças conceituais sobre o que é Guerra Híbrida derivam da evolução do pensamento sobre o assunto nos diversos Estados e existem diferenças significativas.

Nos EUA, por exemplo, o conceito de Guerra Híbrida teria surgido com o trabalho do Tenente-Coronel Frank G. Hoffman, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (*United States Marine Corps - USMC*), em sua monografia intitulada “*Conflict in the 21st Century: the rise of Hybrid Wars*”, elaborada em 2007. Para Hoffman, a Guerra Híbrida incorpora uma gama de diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas com violência indiscriminada e coerção, e desordem criminal (HOFFMAN, 2017, p.8). Seu enfoque ocorreu do nível tático ao operacional. Porém, bem antes, em 1948, George Kennan teria cunhado o termo Guerra Política (*Political Warfare*) como sendo o “emprego de todos os meios sob o comando de uma nação, sem estar em guerra, para alcançar seus objetivos nacionais” (GALEOTTI, 2023, p.17).

Já na Rússia, o atual entendimento de Guerra Híbrida remonta ao pensamento estratégico russo pré-revolução bolchevique. Ao contrário da origem do termo nos EUA, que focava os níveis tático e operacional, o conceito russo tem origem em ideias de maior amplitude, culminando com a concepção de que a Guerra Híbrida é um fenômeno que vai além do campo militar. Esse conceito tem raízes na evolução do pensamento estratégico russo. Ainda no século XIX, tal pensamento concordava com a ideia de Clausevitz de que a guerra seria a continuação da política por outros meios. Porém, os russos não adotavam o conceito “clausevitziano” de grande estratégia, que estava relacionada à concentração de forças para o combate, onde passaria a reinar a tática. Para os russos, a estratégia era vista como algo mais amplo. Um dos primeiros a registrar essa visão própria de estratégia foi o general Genrikh Antonovich Leer (1829-1904). Ele concebeu a ideia de que o objetivo principal da estratégia deveria ser definido de forma razoável, que **todos os meios** e forças deveriam ser direcionados ao seu atingimento, no menor tempo possível, com o menor número de sacrifícios, dentro

da situação existente. Portanto, para ele, a estratégia era uma arte, e não um processo cartesiano (FRIDMAN, 2021, p.40).

Com a Revolução Bolchevique, o pensamento estratégico russo, vigente no período czarista, foi descartado, passando a ser adotada a ideologia marxista, onde a guerra seria parte da luta de classes. Porém, o pensamento estratégico russo inicial conseguiu sobreviver em meio aos militares exilados, como Evgeny Messner (1891-1974), que desenvolveram e registraram suas próprias ideias. O pensamento também sobreviveu, de forma silenciosa, em meio aos militares incorporados no Exército Vermelho, ou nas bibliotecas soviéticas de acesso restrito (FRIDMAN, 2018, p.70).

Em 1991, com o esfacelamento da URSS, perdem-se as referências sobre estratégia desenvolvidas sob a influência marxista. Dessa forma, os russos revisitam os autores pré-Revolução Bolchevique, buscando estabelecer um pensamento estratégico próprio, e não simplesmente adotando pensamentos vigentes no ocidente. Nesse processo, um aspecto se destaca: em todos os períodos históricos mencionados, a guerra era vista como algo que ia além do campo militar. Isso, naturalmente, levou os russos a desenvolverem dois conceitos distintos: a Guerra Híbrida⁷, como uma atividade a ser desenvolvida em tempo de paz, sob responsabilidade civil e, portanto, do Estado; e a Guerra de Nova Geração, sob a responsabilidade militar, em situação pré-guerra, para criar situações militares, políticas e econômicas favoráveis ao emprego da força militar (FRIDMAN, 2018, p.91-98).

Portanto, pode-se concluir que os conceitos de Guerra Híbrida para EUA e Rússia são distintos. O que os EUA entendem como Guerra Híbrida, a Rússia entende, aproximadamente, como Guerra de Nova Geração. Já o conceito de Guerra Híbrida, para os russos (*Gibridnaya Voyna*), assemelha-se ao conceito de *Political Warfare* para os EUA.

Neste ponto, é importante fazer uma ressalva quanto ao conceito de *Political Warfare* e ao conceito de *Competition Continuum*, conforme apresentado no manual de Doutrina Conjunta 1-19 e no manual MCDP 1-4 do USMC. Segundo o conceito de *Competition Continuum*, os Estados competiriam entre si, durante o tempo de paz, nos campos da economia, da diplomacia e da geopolítica, havendo uma breve sobreposição com a *Political Warfare*, antes de se atingir o emprego da violência.

⁷ Гибридная Война (*Gibridnaya Voyna* – Tradução nossa).

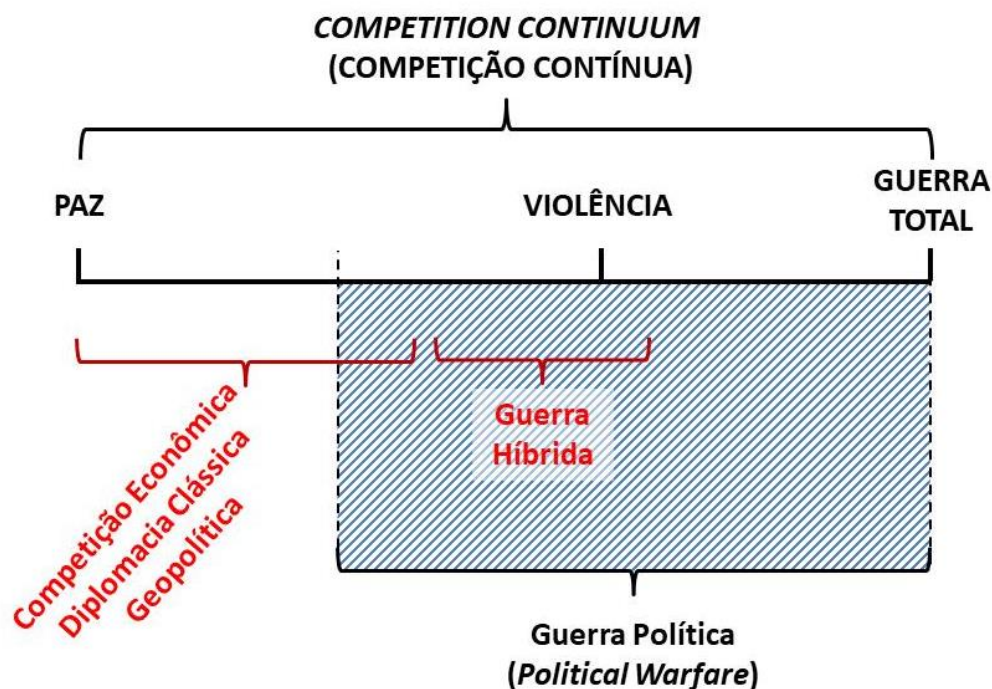


Figura 2 – *Competition Continuum*

Fonte: Adaptado de MCDP 1-4 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020, p. 1-6).

O conceito de *Competition Continuum*⁸ mostra que não haveria *Political Warfare* durante parcela do tempo de paz, deixando dúvidas quanto ao momento em que se iniciam as ações de Guerra Política. Logo, conforme a figura 2, a Competição Econômica, Diplomática Clássica ou Geopolítica ocorre durante a paz, havendo uma sobreposição ao período de Guerra Política.

Por outro lado, o que nos vem à mente quando se pensa na palavra “competição”? Possivelmente, a imagem de uma pista para corredores de atletismo ou de uma competição de futebol, por exemplo. Pelo menos no contexto ocidental, o senso comum faz com que a palavra “competição” nos remeta à ideia de regras e de disputa honesta (“*fair-play*”). Além disso, também nos remete à ideia de que ambas as partes estão agindo proativamente, uma contra a outra, dentro de certo equilíbrio de forças presumido, para vencer a disputa.

⁸ Contínuo de Competição, ou Competição Contínua: descreve um mundo de competição duradoura conduzida por meio de uma mistura de cooperação, competição abaixo do conflito armado e conflito armado (tradução nossa).

A imagem mental descrita no parágrafo anterior poderá, hipoteticamente, gerar conforto aos dirigentes dos Estados que tenham conflitos de interesses com os EUA⁹, desde que se mantenham em situação de paz, “competindo”.

Será isso verdade? Uma vez que não há um marco preciso para o início da Guerra Política, o que impede um Estado de iniciá-la ainda em plena paz, conforme seus interesses? O que os impede de manterem a retórica da “competição” como uma forma de encobrir as ações de *Political Warfare* durante o tempo de paz, em que se espera a ocorrência da Competição Econômica, Diplomática Clássica e Geopolítica?

Essa dúvida seria válida em relação a qualquer Estado que busque se valer do conceito de *Competition Continuum* em seu próprio favor, principalmente aqueles que são protagonistas no cenário internacional.

Em vista dos riscos hipotéticos apresentados nos parágrafos anteriores, o modelo de Guerra Híbrida, aqui proposto, desconsiderará qualquer menção ao *Competition Continuum*, uma vez que não foi possível comprovar que tal expressão não seja um mero conceito de conveniência para quem o aplica. Assim, este trabalho considera que a *Political Warfare*, ou a *Gibridnaya Voyna*, aconteçam a qualquer tempo.

MODELO GENÉRICO PARA GUERRA HÍBRIDA

Tendo em mente a variedade de definições existente, buscamos organizar um modelo que possa ser comum à compreensão ampla desse fenômeno. Tal compreensão, a mais próxima possível de universal, permitirá estabelecer estratégias para se proteger contra as diversas formas de emprego das ameaças híbridas.

⁹ Menciona-se os EUA porque a Figura 2 foi elaborada a partir de uma imagem disponível em publicação estadunidense.

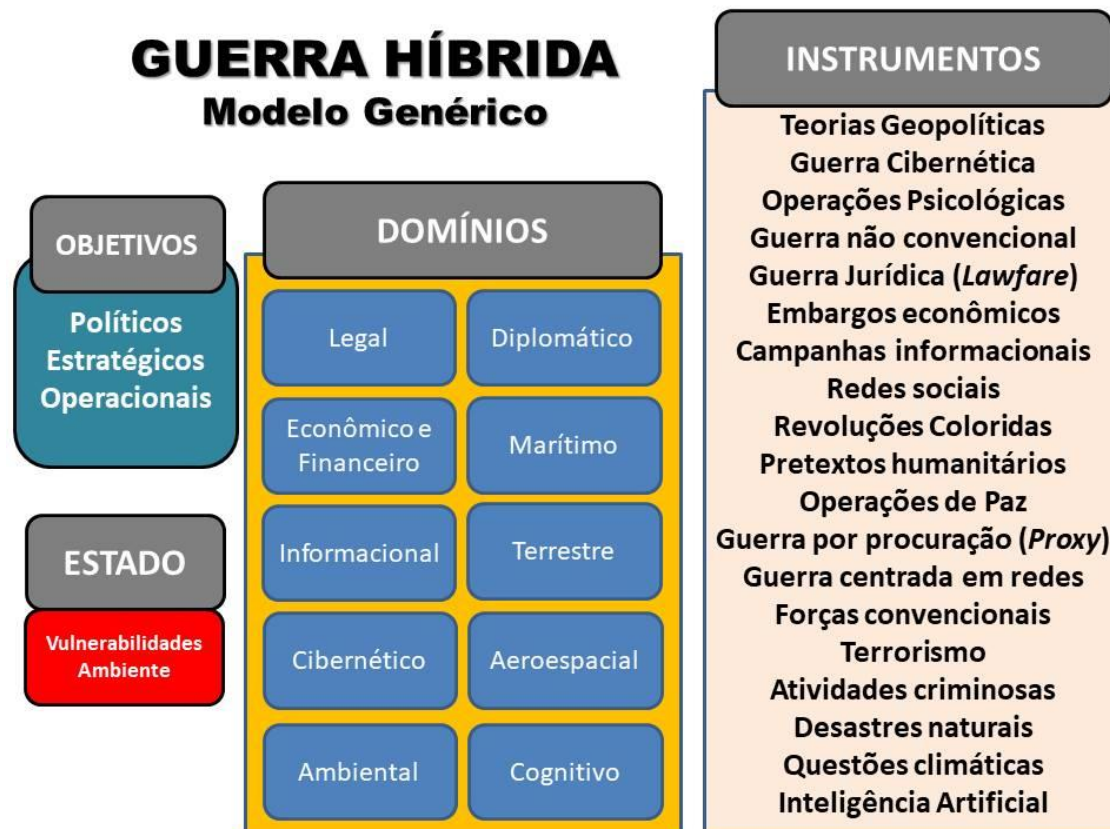


Fig. 3 – Modelo Genérico de Guerra Híbrida

Fonte: Autor

Neste modelo genérico de Guerra Híbrida, considera-se que os seus objetivos poderão ser políticos, estratégicos ou até operacionais. A partir desses objetivos, serão traçadas as respectivas estratégias, com as devidas ações a serem desencadeadas.

Para desencadear as ações visualizadas nas estratégias, contra um Estado adversário, o primeiro passo é estudar suas vulnerabilidades e entender o ambiente onde se encontra. O mesmo raciocínio é válido quando se pensa em proteger um determinado Estado: é necessário identificar suas vulnerabilidades e entender o ambiente onde se encontra. A partir de então, o raciocínio é semelhante tanto em um caso, quanto no outro.

As vulnerabilidades poderão estar localizadas em diversos elementos que compõem o Estado, como sua sociedade, suas lideranças, suas estruturas críticas, seus traços culturais, seus aspectos geopolíticos e suas deficiências tecnológicas ou econômicas, dentre outros. Vulnerabilidades que comprometam a segurança energética ou a segurança alimentar do Estado são, particularmente, importantes para afetar o ciclo decisório do Estado adversário.

O ambiente, neste modelo, é considerado genericamente como o conjunto dos atores estatais e não estatais que existem dentro do Estado e que com ele interagem, suas vulnerabilidades e fraquezas, que possam ser explorados para prejudicar o referido Estado. Além dos atores, estuda-se a relação entre eles, assim como as peculiaridades de cada um, dentre outros aspectos.

A partir da identificação das vulnerabilidades do Estado e da compreensão de seu ambiente, identifica-se em que domínios tais vulnerabilidades se localizam. Em uma proposta inicial, esses domínios podem ser considerados como Legal, Diplomático, Econômico e Financeiro, Marítimo, Terrestre, Cibernético, Aeroespacial, Ambiental, Informacional e Cognitivo.

Em linhas gerais, os domínios ora mencionados são repositores de vulnerabilidades, nos quais os diversos instrumentos da Guerra Híbrida são aplicados, de forma não linear, a fim de se alcançar determinados objetivos. Assim, de maneira resumida, respeitando-se as eventuais interseções entre os domínios, considera-se que:

- o domínio legal abrange o emprego das leis e normas (*lawfare*¹⁰);
- o domínio diplomático engloba o uso das relações entre Estados ou seus representantes;
- O domínio econômico e financeiro se refere à produção, à distribuição e ao consumo de bens, assim como ao fluxo de recursos financeiros que movimentam a economia de um determinado local;
- o domínio marítimo está relacionado aos mares, rios e demais massas líquidas, incluindo a sua porção submersa, assim como à maioria dos territórios insulares;
- o domínio terrestre se relaciona ao ambiente geográfico terrestre;
- o domínio cibernético é aquele formado virtualmente pela informática e por seus equipamentos físicos (*hardware*);
- o domínio aeroespacial se refere aos ambientes aéreo e espacial;
- o domínio ambiental é aquele relacionado ao meio-ambiente;
- o domínio informacional abrange o emprego de informações e a comunicação estratégica; e
- o domínio cognitivo é aquele voltado aos processos decisórios e percepções no âmbito do indivíduo.

¹⁰ Uso de leis locais, ou internacionais, para obter ganhos (GALEOTTI, 2023, p.141).

Os domínios ora propostos não seguem qualquer referência de domínios considerados por outros autores, pois se buscou criar um modelo a partir de construção própria. Considerou-se que a utilização de modelos estabelecidos por outros atores, particularmente os estatais estrangeiros, pode trazer alguns óbices, como o risco de que nem todas as informações (por exemplo, a totalidade dos domínios) estejam sendo ostensivamente disponibilizadas.

Identificadas as vulnerabilidades e os domínios onde se encontram, podemos então recorrer à “caixa de ferramentas” da Guerra Híbrida, que é o conjunto de instrumentos que podem ser empregados. Seleccionam-se, então, aqueles que possam ser aplicados adequadamente a cada ameaça, no domínio em que cada uma se encontra. Ressalta-se que os instrumentos apresentados na figura 3 não os esgotam, mas servem como registro dos principais instrumentos existentes na bibliografia pesquisada.

INSTRUMENTOS DA GUERRA HÍBRIDA

Na Guerra Híbrida, a aplicação dos instrumentos não deve ocorrer de forma lógica ou linear, mas atender aos conceitos apresentados na Teoria do Caos, elaborada por Steven Mann, em 1992. Segundo ele, o caos seria representado por uma dinâmica não linear, e sua teoria seria aplicada a sistemas com grande número de partes móveis, como sociedades e conflitos. (KORYBKO, 2015, p.26-29). Dessa forma, expor um Estado adversário a diversos eventos inesperados, sem linearidade lógica, permitirá interromper seu ciclo OODA¹¹, tornando-o reativo, fazendo com que perca a iniciativa, levando-o a adotar uma postura defensiva e, conseqüentemente, expondo vulnerabilidades. Portanto, quanto mais instrumentos forem utilizados, e quanto mais domínios forem impactados, maiores serão os efeitos gerados contra o Estado adversário.

A Teoria do Caos aplicada à Guerra Híbrida pode combinar diversos instrumentos, de forma a criar o “caos administrado”.

As teorias geopolíticas poderão indicar regiões onde existam tensões sociais ou étnicas naturais, que poderão ser exploradas para fragmentação do território ou da sociedade. A teoria dos *Shatterbelts*, elaborada por Saul Cohen, mostra que existem regiões onde a fragmentação interna pode ser intensificada por pressão de potências

¹¹ Originalmente conhecido como Ciclo de Boyd ou Ciclo de Decisão, onde as ações são desenvolvidas na sequência: observação, orientação, decisão e ação, de forma cíclica (BRASIL, 2020). Portanto, ter seu ciclo OODA interrompido trará prejuízos significativos ao processo decisório, podendo até impedir que decisões sejam tomadas.

externas (COHEN, 2015, p.71), enquanto a teoria do polonês Josef Pilsudski foi a pioneira a mostrar que a desestabilização periférica de um Estado pode se espalhar para o seu interior (KORYBKO, 2015, p.16).

As ações cibernéticas, genericamente chamadas de Guerra Cibernética, podem ser utilizadas tanto para ações cinéticas¹² como para ações não cinéticas contra o Estado adversário.

O emprego de um vírus de computador, conhecido como *Stuxnet*, contra o programa nuclear do Irã, em 2009, levou a uma aceleração exagerada das centrífugas responsáveis pelo enriquecimento de urânio, causando danos físicos que paralisaram temporariamente o programa. Essa situação, além de mostrar uma forma de emprego de meios cibernéticos com resultados similares ao de meios cinéticos, relembra a importância de considerar também os componentes físicos da informática, conhecidos como *hardware*, além da parte lógica (*software*). Isso porque o vírus teria sido inserido nos computadores por meio de um drive portátil, conhecido como *pendrive*, uma vez que os computadores da central de enriquecimento não estariam conectados à internet (MCFARLAN, 2021, p.179-180).

Um exemplo de uso não cinético da Guerra Cibernética ocorreu durante o conflito na Ucrânia, em 2014, quando as tropas ucranianas receberam mensagens de texto direcionadas aos seus celulares pessoais, juntamente com fogo de artilharia, em uma tentativa de persuadi-los a recuar (MCFARLAN, 2021, p.172).

O general russo Valeri Gerasimov, comandante das Forças russas no conflito da Ucrânia, ora em andamento, participou da Terceira Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, em 2014¹³, onde apresentou o conceito de Abordagem Adaptativa para o Emprego Militar, a qual envolveria o emprego oculto de força militar, incluindo Guerra não Convencional, podendo incluir a criação de um pretexto para iniciar uma intervenção militar no Estado-alvo, voltada a forçar uma mudança de regime político (BARTLES, 2016, p.49). Esses pretextos poderiam ser de caráter humanitário, conforme a intervenção realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Kosovo, no ano de 1999, ou se utilizando do conceito da

¹² Neste trabalho, considera-se que ações cinéticas são aquelas que resultam em danos físicos iguais ou similares aos causados por armas de fogo ou por explosivos militarmente empregados.

¹³ Disponível em: <https://tinyurl.com/ynmskc8n>. Acesso em 11 Ago 2023.

“responsabilidade de proteger¹⁴”, existente no Direito Internacional, como aparentemente empregado pela Rússia em 2022, em sua “Operação Militar Especial” na Ucrânia.

A Guerra Jurídica, conhecida como *Lawfare*, representa o emprego das leis e do arcabouço jurídico em prol de objetivos estatais ou não-estatais. Alguns exemplos históricos, como a intervenção soviética na Tchecoslováquia, em 1968, mostram que estruturas internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), podem ser utilizadas em prol de objetivos nacionais. Naquele episódio, a URSS se utilizou de seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com o apoio da Hungria como membro rotativo daquele Conselho, para impedir qualquer resolução que condenasse suas ações. Essas manobras, na ONU, tinham amparo em forte aparato militar, convencional e nuclear, que dissuadia qualquer resposta armada por parte de outros Estados (MCFARLAN, 2021, p.26).

Segundo Korybko, as redes sociais, com suas diversas plataformas, servem como fonte de dados sobre alvos potenciais, sejam esses alvos uma sociedade, um grupo ou um indivíduo. Aplicativos como o *Facebook* podem servir como fonte a respeito do perfil psicológico do usuário. O *WhatsApp* e o *Telegram*, por exemplo, podem ser utilizados para veicular imagens e informações, verdadeiras ou não, que atendam a determinados interesses. O *Google Maps* pode ser utilizado para mapear rotas e itinerários. Essas ferramentas possuem diversas aplicações na Guerra Híbrida. Dentre elas, destacam-se o fomento de movimentos sociais contra o governo local, chamados de “Revoluções Coloridas”; a disseminação de ideologias e de informações que fomentem a formação da chamada “*hive mind*¹⁵”; e o emprego da Guerra Neocortical Reversa sobre alvos selecionados a partir da Teoria dos Cinco Anéis, elaborada por John Warden, em 1995.

As Revoluções Coloridas são movimentos criados com o intuito de parecerem legítimos e que tem por propósito alcançar a dominância social. Atingir essa meta,

¹⁴ *Responsibility to Protect*, princípio do Direito Internacional que visa evitar crimes contra a humanidade. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/about-responsibility-to-protect.shtml>. Acesso em: 31 Mai 2023.

¹⁵ “Mente de colmeia” (tradução nossa): quantidade relevante de pessoas que são levadas indiretamente a compartilhar de um mesmo sentimento (no caso em tela, sentimento anti-governo). Essas pessoas devem ser “programadas”, via guerra neocortical reversa, para querer agir para derrubar o governo no momento em que a decisão de iniciar a Revolução Colorida é tomada (KORYBKO, 2015, p.53).

intangível, depende de preparação meticulosa, assim como da criação de um “evento” que funcione como um estopim para a revolução (KORYBKO, 2015, p.35).

A Guerra Neocortical Reversa foi desenvolvida a partir das ideias do coronel da Força Aérea dos EUA, Richard Szafranki. O propósito original da “Guerra Neocortical” seria moldar ou controlar o comportamento de um organismo, sem destruí-lo. Isso deveria ser feito utilizando-se de influência, da regulação de consciência, das percepções e da vontade de liderança do adversário, que comporiam seu sistema neocortical. De forma ampla, seria fazer com que o adversário decida ou escolha aquilo que desejamos, sem que ele tenha consciência disso. Quando essa técnica é utilizada para manipular um grupo, e não o indivíduo, denomina-se “Guerra Neocortical Reversa”. Assim, o propósito da Guerra Neocortical Reversa é atingir o “cérebro coletivo” da população, e não sua liderança. Com isso, poderá influenciá-la indiretamente para que se mobilize e derrube o governo (KORYBKO, 2015, p.43-44).

A Guerra Centrada em Redes possui duas interpretações. A vertente estadunidense, proposta pelo Vice-Almirante Arthur K. Cebrowski, da Marinha dos EUA, em 1998, era originalmente focada na tecnologia da informação e da comunicação. Defendia a ideia de que os avanços tecnológicos nessa área seriam relevantes para agilizar os processos de coletar, agregar analisar e comunicar dados relevantes, o que seria importante em um mundo onde a quantidade de informações disponível cresce diariamente. Por meio de analogia, esse pensamento centrado em redes evoluiu para a ideia de que a efetiva conexão de meios e de sistemas de combate pode potencializar o poder combatente de uma força. (KORYBKO, 2015, p.45-46). Portanto, o pensamento estadunidense se baseia em redes criadas a partir de recursos informatizados, indo do tratamento de dados até a interligação de sistemas de armas e sensores.

A vertente russa, proposta por Aleksander Dugin, entende que as redes são muito mais amplas do que aquelas consideradas pela vertente estadunidense. Para Dugin, as redes comporiam a dimensão informacional na qual operações estratégicas maiores são desenvolvidas, com apoio da mídia, da diplomacia, econômico e técnico. Elas seriam compostas por partes que antes estariam funcionando separadamente, como unidades militares, sistemas de comunicações, gerenciamento da opinião pública, diplomacia, processos sociais, inteligência, contra-inteligência, psicologia, economia e academia, dentre outros. Segundo ele, o desenvolvimento das redes afetaria a imagem política, econômica, social, cultural e antropológica global. O foco das redes seria

controlar a dimensão informacional. Dugin defende, segundo sua teoria, que a queda da URSS teria ocorrido por sua derrota para os EUA em uma Guerra Centrada em Redes. Segundo ele, a penetração das redes ocidentais na URSS teria atingido o ápice nos anos 1990, incorporando diferentes grupos de influência russos em suas redes (FRIDMAN, p.75-84).

Esses são alguns exemplos de como as ações hostis podem ocorrer fora da percepção do cidadão comum. Porém, ressalta-se que, dependendo do tipo de ação desencadeada, corre-se o risco de perder o seu controle, levando a resultados inesperados. Outro aspecto relevante é a inexistência de um método consagrado para agir de forma híbrida, pois há praticamente inúmeras formas de utilizar os instrumentos híbridos nos diversos domínios. Apesar disso, o estudo dos casos históricos de emprego da Guerra Híbrida aponta para padrões de sua utilização. Esses padrões, por sua vez, podem facilitar a identificação da origem de tais ações.

CONCLUSÃO

Os avanços tecnológicos permitiram que os efeitos da guerra se tornassem cada vez mais destrutivos, enquanto permitiam, simultaneamente, que esses efeitos se tornassem visíveis ao público por meio das redes sociais e plataformas virtuais de vídeo. Essa exposição da natureza real da guerra vem tornando cada vez menos palatável, às diversas sociedades, o seu envolvimento em conflitos armados. Dessa forma, as ações abertas de guerra vêm sendo substituídas, aos poucos, por ações hostis veladas, que são imperceptíveis ao cidadão comum e do limiar de resposta armada do Estado atingido. Assim, entende-se que o conceito tradicional de guerra deva ser reavaliado e atualizado, pois as ações hostis passaram a poder ocorrer a todo tempo e não mais se materializam, apenas, pelos meios militares de outros Estados.

Essa forma de emprego velado das ações hostis pode ser exemplificada com o Modelo do *Iceberg*, onde a maior parte das ações hostis se encontra abaixo da linha d'água (limiar de resposta armada), enquanto as ações declaradas, eventuais e significativamente em menor número, ocorrem acima dessa linha. Esse limiar varia de Estado para Estado, conforme seus valores e cultura.

Com o aumento das ações hostis abaixo do limiar da resposta armada, tornou-se possível agir em prol de objetivos políticos, estratégicos e até mesmo operacionais a todo tempo, mesmo quando o Estado não se encontra em situação de beligerante. Além

disso, tornou-se cada vez mais difícil identificar uma agressão, que ocorra por meio de um instrumento híbrido, assim como a origem dessa agressão.

Em vista desse fenômeno, torna-se importante entender como as ameaças híbridas podem ser empregadas sistematicamente contra um Estado. A esse emprego sistemático dos instrumentos híbridos, em diferentes domínios, contra as vulnerabilidades do Estado a ser atingido, podemos denominar “Guerra Híbrida”. Esse entendimento permitirá definir estratégias para defesa contra esse tipo de ameaça, que não é novo, mas que vem ocorrendo com maior frequência.

A realidade se impõe. Como foi demonstrado, protagonistas do cenário internacional, como a República Francesa, já mencionam o uso de ferramentas híbridas de forma estratégica, seja para atuar no campo híbrido, seja para se defender de ataques desse tipo (REPÚBLICA FRANCESA, 2022, p.48 e 49).

O entendimento do fenômeno pode ser feito pelo modelo genérico de Guerra Híbrida aqui proposto, elaborado a partir do estudo de diferentes conceitos dessa forma de condução de ações hostis. A partir desse modelo, pode-se pensar em como um Estado pode atuar no campo híbrido contra outro Estado, assim como um Estado pode se proteger contra ações híbridas de atores diversos, inclusive não estatais.

E quanto ao Brasil? Certamente já somos vítimas, ou poderemos ser, tendo em vista nossas fontes de recursos naturais, como recursos energéticos, água e alimentos. Nosso potencial de crescimento enquanto potência regional poderá interferir em interesses de outros Estados, tornando o Brasil um alvo em potencial. Assim, é importante que se discuta esse tipo de ameaça nos campos acadêmicos, políticos e militares.

O primeiro passo para proteger o Estado brasileiro contra as ameaças híbridas seria a criação de uma Política Nacional de Segurança, ampla e efetiva, interministerial e de longo prazo, abrangendo todas as expressões do Poder Nacional. A partir dessa política, o Estado brasileiro poderia estabelecer objetivos voltados a identificar suas vulnerabilidades, entender melhor o seu ambiente, e definir o que é vital ao Estado, permitindo assim desenvolver estratégias para “blindar” o que for essencial, particularmente buscando eliminar ou reduzir suas vulnerabilidades. Dessa forma, poderemos evitar ou mitigar impactos, a partir de ações hostis híbridas, em nossa segurança energética, alimentar e na economia, por exemplo.

Essa blindagem pode ocorrer por meio da criação de redundâncias e de resiliência. As atividades e estruturas críticas devem ser capazes de continuar operando

mesmo que haja interrupção na sua cadeia de suprimentos. Deve-se desenvolver a capacidade de recuperação de estruturas eventualmente danificadas por ameaças híbridas, assim como se deve proteger as infraestruturas críticas, a Base Industrial de Defesa (BID) e o setor tecnológico, dentre outros. Fomentar a independência tecnológica e os valores nacionais também contribui para que o Estado tenha resiliência contra interferências híbridas indesejadas. O arcabouço jurídico deve ser trabalhado preventivamente para mitigar ações hostis por meio de *Lawfare* e para impor obrigações às empresas consideradas estratégicas, de forma que elas atendam a determinados requisitos que gerem resiliência. Da mesma forma, tais empresas devem contar com legislação que garanta a sua proteção pelo Estado. Isso impedirá, por exemplo, que ocorra novamente o que aconteceu com a ENGESA, nos anos 1980, quando o Brasil perdeu uma indústria ímpar de sua BID e que, até hoje, não conseguiu desenvolver outra no mesmo ramo.

A guerra mudou, e a Guerra Híbrida é uma realidade. Ficar à margem dessa realidade é deitar-se no berço esplêndido da inocência, tornando-se reativo aos diversos ataques velados. Inspirando-nos nas palavras de Ozires Silva, quando mencionou que o Brasil seria grande demais para sonharmos pequeno, devemos pensar e agir à altura de nossa dimensão geopolítica e do papel natural que nos cabe no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTLES, Charles. **Para entender Gerasimov**. Military Review, Março-Abril 2016, p. 46-54. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20160430_art010POR.pdf> Acesso em 18 Abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5ª Ed. Brasília, 2017 (última modificação). Disponível em <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/@@download/file>> Acesso em 19 Abr. 2023.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. 2020.

COHEN, Saul. **Geopolitics. The Geography of International Relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. 907p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Doctrine Note 1-19 Competition Continuum**. Washington, D.C., 2019. Disponível em <

https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/jdn_jg/jdn1_19.pdf>. Acesso em 04 Jul. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Navy. United States Marine Corps. **MCDP 1-4 Competing**. Washington, D.C., 2020. Disponível em <<https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/MCDP%201-4.pdf?ver=fGwjmqkxGvv0GPe0mPgdqw%3d%3d>> . Acesso em 04 de Jul. 2023.

FEDERAÇÃO RUSSA. **военный энциклопедический словарь** (Dicionário Enciclopédico Militar). Moscou, 2023. Disponível em <<https://encyclopedia.mil.ru/encyclopedia/dictionary/list.htm> > . Acesso em 05 Jun. 2023.

FRIDMAN, Ofer. **Russian “Hybrid Warfare” – Resurgence and Politicisation**. New York: Oxford University Press, 2018. 237p.

FRIDMAN, Ofer. **Strategiya: the foundations of the Russian Art of Strategy**. Londres: C. Hurst & Co. (Publishers), 2021. 310p.

GALEOTTI, Mark. **The Weaponization of Everything: a field guide to the new way of war**. Yale University Press, 2023. 235p.

HOFFMAN, Frank. **Conflict in the 21st century: the rise of Hybrid Wars**. Potomac Institute for Policy Studies. Dez. 2007. Disponível em <https://www.potomac institute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf> Acesso em 05 Jun. 2023.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: The Indirect Adaptative Approach to Regime Change**. Moscou: People’s Friendship University of Russia, 2015. 174p.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted Warfare**. Shadow Lawn Press, LLC, 2017. 231p.

MCFARLAN, David. **Understanding Hybrid Warfare: Navigating the smoke and mirrors of international security**. 2021. ISBN 9798707952012.

REPÚBLICA FRANCESA. **Revue Nationale Stratégique 2022**. Paris, 2022. Disponível em <<https://www.sgdsn.gouv.fr/files/files/Revue%20nationale%20strat%C3%A9gique%20-%20Fran%C3%A7ais.pdf> > . Acesso em: 05 de Jun. 2023.